

DIVERSIDADE HUMANA E ASSIMETRIAS: UMA RELEITURA DO CONTRATO SOCIAL SOB A ÓTICA DAS CAPACIDADES

Stella C. Reicher¹

Os seres humanos são diversos em sua natureza biológica e psicológica, origem étnica, gênero e orientação sexual; em relação às escolhas de vida, preferências musicais, gostos alimentares e práticas religiosas. Organizam-se socialmente de formas diferentes, interagem de maneiras complexas e assim vivem em sociedade. Contudo, tem como traços comuns sua natureza política e humana.

A heterogeneidade é parte daquilo que somos e por isso, falar em igualdade significa (re)conhecer as diferenças. Pensar em igualdade à luz da diversidade humana exige (re)conhecer a existência de indivíduos, de coletivos e suas interrelações, tendo em vista as especificidades de cada um. Da mesma forma, exige empreender esforços para que todas as pessoas sejam respeitadas em suas peculiaridades e tenham acesso a meios que lhe permitam o pleno exercício de seus direitos fundamentais.

Nesta direção, a construção de uma sociedade justa e inclusiva exige ampla participação política de todas as pessoas, a fim de que as diferenças sejam consideradas na formulação de arranjos coletivos, de políticas públicas, e no desenvolvimento de programas e projetos.

O presente ensaio pretende examinar a interrelação entre igualdade, diversidade humana, deficiência e participação política, a partir da crítica que a abordagem das capacidades, sob a ótica de Martha Nussbaum, faz a respeito do tema. O que se busca neste artigo, entretanto, não é indicar respostas, mas instigar a reflexão do leitor sobre as possibilidades de aplicação prática destes conceitos como base para implementação dos direitos humanos e, em especial, das pessoas com deficiência.

Ver as notas deste texto a partir da página 184.

1 A abordagem das capacidades

Elaborada a partir de críticas à teoria contratualista de justiça e às análises econômicas de desenvolvimento baseadas nas noções de utilidade, igualdade de distribuição e na maximização de recursos—que não serão aqui estudadas— a abordagem das capacidades pode ser entendida como uma moldura normativa que permite a avaliação e o alcance do bem-estar individual e de arranjos sociais, a elaboração de políticas públicas e a implementação de mudanças sociais com vistas à plena realização dos seres humanos.²⁻³

Tendo como foco algumas habilidades centrais, o estudo das capacidades enfatiza a idéia de oportunidades, principalmente de escolha e de exercício de direitos e a possibilidade das pessoas tomarem suas próprias decisões com base em diferentes concepções do que consideram uma boa vida. Ao entender ainda que o processo de efetivação de direitos não depende apenas do seu reconhecimento formal, esta abordagem preconiza a promoção da autonomia individual por meio da conjugação de (i) direitos civis e políticos; (ii) direitos econômicos, sociais e culturais; (iii) liberdade de e para decidir e fazer escolhas; e (iv) garantia do potencial para demandar e exercer direitos.

Ao combinar o conceito de desenvolvimento humano e garantia de direitos, confrontando as diferenças sociais não apenas sob a égide de fatores econômicos determinantes, o enfoque das capacidades considera a influência que as especificidades que fazem parte da diversidade humana podem ter no processo de geração e/ou manutenção dessas desigualdades.

Para David A. Clark sob a moldura das capacidades se reconhece a heterogeneidade humana e a diversidade e se dá atenção às disparidades havidas entre grupos, como por exemplo, relativas à questão de gênero, natureza étnica, classe ou idade – e, porque não, à deficiência. Trata-se, pois, de uma abordagem que abraça o agir humano e a participação, compreendendo o fato de que pessoas diferentes, culturas e sociedades podem ter diferentes valores e aspirações (CLARK, 2005a, p. 5)

Nesse sentido, para além do acesso que as pessoas têm a bens, direitos e recursos, considera o potencial que têm para usufruí-los, as distintas formas de vida que levam e o contexto social em que se inserem, estando alerta às barreiras que impedem as conquistas de liberdade, de oportunidades e de bem-estar material e/ou interferem na plenitude de sua fruição e gozo, como por exemplo os papéis e as desiguais responsabilidades atribuídas a cada participante dentro do espaço familiar, os obstáculos que as normas e valores de tradição cultural impõem às mulheres, a acessibilidade, em todas as suas formas de manifestação, para pessoas com deficiência.

Para ilustrar como a teoria das capacidades opera, pensemos num diagnóstico que considere a pobreza individual a partir de uma linha hipotética baseada numa renda mínima. O que se diria da situação de duas pessoas que se enquadram igualmente acima dessa linha de pobreza? A primeira resposta que nos vem à cabeça normalmente nos leva à concluir que ambas experimentam uma igualdade de condições de vida. No entanto, será que teríamos o mesmo entendimento se soubéssemos que uma delas sofre de doença grave que lhe exige a realização de repetidas sessões de diálise ou é, por exemplo, uma pessoa com deficiência que necessita diariamente de exercícios de fisioterapia para sentir-se bem fisicamente?

O fato é que para se tratar da promoção da igualdade é premissa compreender que igualdade é essa. Ao levantar a questão da “igualdade em que” a teoria das capacidades indica que a igualdade a ser buscada é aquela que respeita a diversidade humana e se preocupa com o potencial que cada indivíduo têm para acessar e se valer de bens, recursos e direitos que lhes são assegurados, à luz das dificuldades e barreiras com as quais pode se deparar ao longo de sua vida. É esse olhar preocupado com as diferenças, características e realidade de cada pessoa que o enfoque das capacidades suscita e desperta interesse.

2 Contratualismo: disparidades e dilemas não resolvidos

Feitas essas considerações gerais, dedicaremos algumas linhas para tratar da base filosófica sobre a qual essa abordagem foi desenvolvida, a saber, o contratualismo, e apontar algumas de suas limitações que a teoria das capacidades tenta enfrentar.

O contratualismo, enquanto doutrina política, se fundamenta nas noções de cooperação social e de obtenção de vantagens mútuas. Parte da idéia que a sociedade, ao abrir mão do uso da força e de tomar para si a propriedade alheia, celebra entre si um contrato, por meio do qual opta por deixar de viver no estado de natureza e se submeter ao império das leis, a partir de uma única vontade direcionada à preservação comum e ao bem-estar geral.⁴

Nesse estágio inicial, ou estado de natureza, as pessoas seriam consideradas “livres, iguais e independentes” e não experimentariam qualquer espécie de desvantagem ou forma de dominação, o que permitiria, nesse contexto de isonomia, que regras políticas fossem delineadas para proteger a todos igualmente.

Para os contratualistas, ao destituirmos os seres humanos de “desvantagens artificiais”, tais como riqueza, classe social, educação e outras, a formalização desse contrato social se daria com base em princípios justos, delineados por pessoas que se encontram em plena igualdade de condições de vida. Como o mecanismo utilizado para a seleção dos princípios políticos operaria de forma isonômica e justa, em tese o conjunto de diretrizes selecionadas em decorrência desse processo seria considerado igualmente justo, pois, conforme ensina Martha Nussbaum “[...] de um procedimento que não admite vantagens antecedentes por parte de nenhum indivíduo, nós extraímos um conjunto de normas que devidamente protegem o interesse de todos.” (NUSSBAUM, 2006, p. 10).

Em meio a esse arranjo coletivo onde as pessoas se encontram em igualdade de condições e a cooperação social é um caminho viável para a obtenção de vantagens mútuas, a justiça estaria no conteúdo dos princípios políticos selecionados e também na própria legitimidade política que sedimentou a sua elaboração, já que, em última análise, tais princípios refletiriam as escolhas que cidadãos livres, iguais e independentes fizeram para reger sua vida em sociedade.

Partindo da lógica contratualista, a teoria rawlsinana compreende dois momentos distintos. Um primeiro, que trata da escolha inicial dos julgamentos morais; e um segundo, que se refere à preocupação com a equidade, pois todas as pessoas deveriam ser reconhecidas como iguais e como um fim em si mesmas. Nesse cenário, os princípios da justiça seriam, pois, aqueles que, segundo Rawls

“[...] pessoas livres e racionais preocupadas em ampliar seus próprios interesses aceitariam numa posição inicial de igualdade” (NUSSBAUM, 2006, p. 11).

O contratualismo rawlsiano trouxe avanços para as teorias da justiça. Por se tratar de uma teoria procedimental de justiça, rechaçou o discurso dos direitos naturais ao sustentar que a justiça não se alcança pelos resultados, mas pela equidade e imparcialidade do procedimento adotado – tudo aquilo que deriva dessa condição inicial justa e igualitária será também igualmente justo. Além disso, incluiu elementos morais na fase de definição do contrato social e reconheceu, sob o véu da ignorância, a igualdade de todos os seres humanos em valor e em capacidades, destacando a imparcialidade moral que deve permear a escolha dos princípios políticos.⁵

Ocorre que, muito embora tenha mais tarde descrito a sociedade como um sistema justo de cooperação no tempo, para Nussbaum, Rawls trabalhou o conceito de vantagens mútuas e não considerou de forma integrativa as idéias de reciprocidade, amor e cuidado, que em grande parte dizem respeito às relações de dependência e as fragilidades que fazem parte da vida humana, limitando, com isso, a definição dos atores aptos a participar do processo de formatação dos princípios políticos – e que são, em última análise, os próprios destinatários dessas diretrizes.

Em relação a esse ponto, o enfoque das capacidades trabalha sob uma lógica diversa. Parte da avaliação dos resultados a serem alcançados para então determinar o procedimento mais adequado à redução das desigualdades e à efetiva promoção da justiça. A partir de um olhar sobre o indivíduo, sobre a pessoa humana, o estudo das capacidades busca avançar sobre essas questões que o contratualismo clássico e a teoria rawlsiana deixaram em aberto.

3 Contratualismo e Diversidade Humana: pessoas com deficiência e outras assimetrias

A concepção de comunidade política que Rawls propõe reflete, menos um grupo conectado em virtude de laços históricos, afetivos, lingüísticos, entre outros, e mais um sistema equitativo de cooperação, que pressupõe a participação conjunta de todos com vistas à obtenção de vantagens mútuas. Para Cicero Romão de Araújo, essa comunidade “é concebida, racionalisticamente como um “sistema cooperativo” – no sentido quase econômico de uma associação cujos membros, ao dar sua contribuição para a preservação ou sucesso de um empreendimento comum, têm o direito de esperar que seus frutos também sejam repartidos equitativamente.” (ARAÚJO, 2002, p. 80-81).

Ocorre que, ao idealizar a comunidade política a partir da cooperação conjunta de todos para a distribuição equitativa dos resultados, pressupõe Rawls que as pessoas, na condição de cidadãos, têm todas as capacidades que lhes permitem ser membros normais e integrais da sociedade.

Essa igualdade em relação à capacidade de todas as pessoas serem membros e participarem ativamente da sociedade em que se inserem se manifestaria em dois momentos distintos: (i) na distribuição dos frutos gerados pelo esforço conjunto; e (ii) na elaboração dos princípios políticos. No entanto, essa “isonomia”, merece atenção. Em primeiro lugar, porque o fato de se garantir às pessoas um “quinhão equitativo”,

ou seja, o direito à participação igualitária nos resultados decorrentes dessa mútua cooperação não assegura que as pessoas possam usufruí-los de igual forma.

Embora a distribuição dos frutos originados deste sistema cooperativo seja equitativa, a capacidade de fruição desses, sejam estes bens, recursos e/ou direitos, não obedece a mesma lógica, sendo variável de acordo com as especificidades de cada ser humano.

A visão de que a igualdade de capacidades é premissa que assegura a todos a plena cooperação e, daí, a igual participação em tudo aquilo que é gerado nesse sistema equitativo é equivocada, ou, no mínimo, limitada na medida em que desconsidera as peculiaridades de cada indivíduo e a noção da diversidade humana.

Conforme assinala Amartya Sen, os seres humanos diferem quanto a características externas e circunstanciais, quanto aos ambientes naturais em que vivem, quanto ao maior ou menor número de oportunidades que experimentam dependendo da sociedade em que se encontram inseridos, assim como em razão de características pessoais, tais como idade, sexo, aptidões físicas e mentais. (SEN, 2008, p. 50-51). Em virtude dessas diferenças, as pessoas contribuem para o coletivo e usufruem dos resultados auferidos de formas diversas.

Para exemplificar, pensemos, na garantia de acesso à educação e ao trabalho. Embora a maioria das Constituições democráticas assegure esse direito de forma isonômica a todos os cidadãos, aspectos como gênero, origem étnica e a deficiência interferem diretamente na capacidade que as pessoas têm de gozarem esse direito. Nessa direção, para que um mesmo direito possa ser usufruído por pessoas diferentes, às vezes faz-se necessária a adoção de medidas que possibilitem a sua plena fruição, como é o caso das cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a política de educação inclusiva.

A diversidade humana é, portanto, um elemento de significativa importância na avaliação de desigualdades sociais, porque interfere na forma como as pessoas interagem e participam (ou não) desse “sistema de cooperação” e dos resultados gerados. Nesse sentido, qualquer teoria de justiça que se disponha à efetiva promoção da igualdade deve mensurar os diversos aspectos da vida sem dissociá-los das peculiaridades individuais. Ocorre que no contratualismo rawlsiano as diferenças, inatas ou não, e que interferem na forma como as pessoas transitam em meio a esse sistema cooperativo não são levadas em conta.

O enfoque das capacidades, por sua vez, não contempla nada análogo à concepção contratualista de que os seres humanos “são iguais em poder e habilidade”, por entender que as “[p]essoas variam bastante em suas necessidades por recursos e cuidado e que a mesma pessoa pode ter uma larga variação de necessidades ao longo de sua vida” (NUSSBAUM, 2006, p. 98).

Essa habilidade de reconhecer a diversidade humana e as peculiaridades que envolvem a vida de cada pessoa é, sem dúvida, uma das importantes contribuições trazidas pela abordagem das capacidades.

Na mesma direção, merece destaque o fato de não haver doutrina contratualista que inclua as pessoas com deficiência no rol dos atores que podem estruturar os princípios políticos que deverão reger a vida em sociedade. Seria isso mera coincidência? Nos parece que não.

As teorias contratualistas partem do pressuposto de que estariam aptas a participar do processo de criação da estrutura básica da sociedade todas as pessoas consideradas “livres, iguais e independentes”; cidadãos cujos interesses podem ser

defendidos por eles mesmos enquanto “membros integralmente cooperativos” e em geral dotados de certa “racionalidade idealizada” (NUSSBAUM, 2006, p. 98).

Ao colocar a trilogia liberdade, igualdade e independência como condição ao exercício da participação ativa das pessoas nesse processo político de construção de princípios, as abordagens de base contratualista deixam de considerar o fato de que nem todos os seres humanos são livres, iguais e independentes e que tais atributos podem, além de variar de pessoa para pessoa, serem usufruídos de formas diversas por uma mesma pessoa ao longo de sua vida.

As desigualdades que permeiam a vida das pessoas, as diferentes capacidades de que são dotadas e a forma como as exercitam não são levadas em consideração pelas teorias contratualistas, razão pela qual não se atentam para os grupos vulneráveis de um modo geral, e inclusive, para o segmento das pessoas com deficiência.

No modelo procedimentalista de Rawls, para que exista cooperação mútua e reciprocidade entre as pessoas que celebram o contrato social faz-se necessário avaliar *por quem os princípios serão definidos e para quem serão dirigidos*.

Reconhecer que a escolha dos princípios políticos cabe às pessoas em situação de igualdade, ou seja, àquelas dotadas das mesmas capacidades – principalmente econômica e produtiva – exclui e impede que pessoas que integram grupos vulneráveis, tais como mulheres, idosos, crianças e também as pessoas com deficiência participem desse processo político de construção da sociedade – situação esta que, no bojo de uma teoria de justiça, se mostra discriminatória e inconcebível.

Note-se que embora Rawls reconheça que a igualdade de capacidade das pessoas participarem desse sistema mútuo de cooperação pode ser afetada ao longo de suas vidas, já que não se pode assegurar que ninguém jamais sofrerá uma enfermidade ou um acidente, por exemplo, e que tais contingências devem ser previstas para o propósito de sua teoria da justiça, “[...] as deficiências físicas permanentes ou as doenças mentais tão graves que impedem as pessoas de serem membros normais e integrais da sociedade no sentido habitual” não são levadas em consideração nesse momento de definição dos princípios (RAWLS, 2000, p. 217).

Por não serem considerados “membros normais e integrais da sociedade no sentido habitual”, as pessoas com severas deficiências não poderiam integrar o grupo responsável pela elaboração dos princípios políticos, porque “não estão entre aqueles para quem e em reciprocidade com quem as instituições básicas da sociedade são estruturadas” (NUSSBAUM, 2006, p. 98).

Ao conceber que as pessoas com deficiência não fariam parte desse contrato para geração de mútuas vantagens dada a sua impossibilidade de contribuir de forma recíproca com o todo, Rawls defende uma noção de igualdade restrita e que não reconhece o valor da diversidade humana.

Mas quais as conseqüências da não participação direta desse segmento no processo de elaboração dos princípios políticos na teoria de Rawls? A ausência de voz própria e as barreiras impostas às pessoas com deficiência nesse momento de definição das diretrizes políticas reflete a existência de uma contradição interna no âmbito da teoria contratualista. Conforme salienta Martha Nussbaum, em sendo os seres humanos “[...] realmente mais ou menos iguais em poderes e capacidades, parece arbitrário conferir a alguns uma vasta autoridade e oportunidade em

comparação a outros.” (NUSSBAUM, 2006, p. 31). Portanto, a não inclusão das pessoas com deficiência na esfera de definição dos princípios resulta num tratamento discriminatório e desigual conferido pelo autor a esse e a outros grupos vulneráveis.

Na prática, em decorrência dessa não participação no momento de formulação dos princípios políticos, questões relevantes para a realização de justiça social em relação a esse grupo de pessoas, como por exemplo, a discussão sobre a alocação do cuidado que requerem, o valor atribuído ao trabalho daqueles que cuidam, os custos para sua inclusão no mercado de trabalho e no processo educativo, bem como a estrutura necessária à manutenção de programas de seguridade social, poderiam ser deixados pelo grupo responsável pela elaboração dos princípios políticos para posterior consideração (NUSSBAUM, 2006, p. 33).

Do ponto de vista da justiça, ao ignorar as fragilidades inatas à natureza humana e as situações de extrema dependência a que todos estão sujeitos, a teoria rawlsiana excluiu as pessoas com deficiência (e membros de outros grupos vulneráveis, como idosos, mulheres e crianças) do processo de formulação dos princípios políticos que regem a vida em sociedade. Essa exclusão resulta, pois, na não integração das demandas desses segmentos no campo de preocupação daqueles que definem as bases da convivência social e, conseqüentemente, na forma como as políticas de distribuição e de promoção de justiça devem ser estruturadas.

No âmbito da teoria procedimentalista de Rawls, a justiça é assegurada no procedimento de escolha dos princípios políticos. Assim, em sendo este lacunoso, incompleto e/ou excludente – por impedir determinados grupos de integrarem esse processo- as diretrizes políticas que dele decorrerem podem ser consideradas injustas desde a sua origem.

Outro aspecto interessante do contratualismo rawlsiano que é criticado pelo enfoque das capacidades, e que tem origem na teoria contratualista clássica, é a noção de “independência”, também elencada por Rawls, ao lado da igualdade de capacidades, como elemento condicionador da plena participação na vida política, assim entendida como a possibilidade que cada indivíduo tem de ser fonte de seus próprios projetos e de cooperar socialmente.⁶

Conforme salienta Nussbaum, nesse particular Rawls “[...] omite da situação da escolha política básica as mais extremas formas de necessidade de dependência que os seres humanos podem experimentar [...], não havendo, portanto, no âmbito do seu conceito de cooperação social, espaço para as relações de extrema dependência” (NUSSBAUM, 2003, p. 24).

Pressupondo que todas as pessoas necessitam dos mesmos bens e recursos em igualdade de quantidades, o contratualismo rawlsiano reconhece a todas as pessoas com iguais capacidades o direito a uma igual parcela dos frutos decorrentes de sua participação nesse sistema de cooperação social. Nesse sentido, mostra-se insensível ao fato de que algumas pessoas necessitam ter acesso a determinados bens e cuidados de forma individual, respeitadas as suas especificidades, como é o caso, por exemplo, de crianças, idosos, pessoas com deficiência ou outras que, por qualquer motivo, estejam com sua saúde física e/ou mental temporariamente debilitada.

Note-se que ao elaborar sua lista de bens primários, apesar de incluir as liberdades básicas (de pensamento, de consciência etc.), as liberdades de movimento

e a livre escolha da ocupação, os poderes e prerrogativas das funções e dos postos de responsabilidade, a renda, a riqueza e as bases sociais do respeito próprio, Rawls não contemplou a noção de cuidado (*care*).

Essa alegada falta de “independência” e a necessidade de cuidado serviu aqui de justificativa para que as pessoas com deficiência e outros segmentos da sociedade considerados vulneráveis fossem excluídos, mais uma vez, de participar do processo de delineamento dos princípios políticos que embasariam a construção de uma sociedade em tese justa.

Considerando o respeito pela diversidade humana, a abordagem das capacidades integra o cuidado e a dependência como elementos essenciais à configuração de uma sociedade realmente justa. Como salienta Nussbaum, toda sociedade real doa e recebe cuidados e por isso mesmo precisa encontrar formas de lidar com esses fatos que decorrem da necessidade humana e da dependência, os quais são compatíveis com o auto-respeito daqueles que recebem e não devem constituir motivo de exploração daqueles que oferecem cuidado.⁷

O enfoque das capacidades enxerga que a igualdade de capacidade dos indivíduos e sua “independência” não é perene. Nesse sentido, entende que as eventuais contingências que podem acometer as pessoas ao longo de suas vidas, assim como a noção de dependência e cuidado, precisam ser levadas em consideração quando da formulação dos referidos princípios políticos.

No intuito de não descartar integralmente do enfoque das capacidades essa fundamentação contratualista, Nussbaum propõe a inclusão da necessidade de cuidados na lista dos bens primários de Rawls e o reconhecimento de que os indivíduos são seres dotados de capacidades e necessidades distintas, necessitando, portanto, de uma pluralidade de atividades da vida.

Para a autora, como a mensuração dos cuidados não atende aos mesmos requisitos necessários à análise da riqueza e de bens, a complementação proposta, embora possível, apenas reafirma a idéia de que o rol de bens elencados por Rawls deveria ser concebido como um conjunto de capacidades primordiais a serem asseguradas a todos os indivíduos, ao invés de um conjunto de bens a serem distribuídos em igualdade de condições a todos os seres humanos – discussão essa que não teremos a oportunidade de aprofundar nesse trabalho.

4 Considerações finais

Ao reconhecer e aceitar a diversidade humana como um elemento singular e indispensável à efetiva promoção da igualdade, buscando conciliar os interesses em conflito a partir de uma perspectiva mais inclusiva, o enfoque das capacidades se mostra uma interessante ferramenta alternativa para pontuar questões de justiça e de direitos humanos.

Quanto mais percebemos que as assimetrias que fazem parte da vida humana geram relações de dependência, necessidade e interferem na forma como as pessoas participam do sistema de cooperação social em que vivemos, mais nos afastamos do ideal clássico da justiça contratualista e nos aproximamos de um espaço de tomada de decisões que deve levar em consideração essa miríade de situações de desigualdade que informam a vida das pessoas.

Nessa assertiva reside, pois, uma das principais contribuições do estudo das capacidades para o discurso dos direitos humanos: o fato de afirmar que as peculiaridades da vida humana sejam levadas em consideração no momento de formulação, execução, avaliação e monitoramento de leis, políticas públicas, programas e projetos.

Essa releitura do contrato social sob a ótica das capacidades conduz à compreensão da igualdade à luz da diversidade humana, por meio do reconhecimento e da aceitação das diferenças. Permite entender que a reciprocidade não se verifica apenas entre partes exatamente iguais e aptas a oferecer umas às outras iguais benefícios, mas também entre pessoas diferentes, quando reconhecidas e respeitadas as suas peculiaridades.⁸ Por fim, ressalta a importância de se assegurar a todas as pessoas os meios e recursos necessários para que possam exercer seus direitos e participar do processo de construção das diretrizes políticas que servirão de guia às próprias vidas.

REFERÊNCIAS

Bibliografia e outras fontes

- ALKIRE, S. 2007. Measuring Freedoms Alongside Well-Being. In: GOUGH, I.; MCGREGOR, J.A. (Ed.). **Developing Countries: New Approaches and Research Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press. p. 93-108.
- ARAÚJO, C. 2002. Legitimidade, justiça e democracia: o novo contratualismo de Rawls. **Lua Nova**, São Paulo, n. 57. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n57/a04n57.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2008.
- ARCHER, R. 2006. Os pontos positivos de diferentes tradições: o que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento? **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, Rede Universitária de Direitos Humanos, ano 3, n. 4.
- BECKER, G.S. 1992. The Economic Way of Looking at Life. In: **Economic Sciences 1992**. Chicago: Department of Economics, University of Chicago, Nobel Lecture, Dec. 9. p. 38-58. Disponível em: <<http://home.uchicago.edu/~gbecker/Nobel/nobellecture.pdf>>. Último acesso em: 27 ago. 2008.
- BOBBIO, N. 1992. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus.
- CASSESE, A. 2005. **I Diritti Umani Oggi**. Roma: Editore Laterza.
- CLARK, D.A. 2005a. **The Capability Approach: Its Development, Critiques and Recent Advances**. Global Poverty Research Group. Working Paper 32 (GPRG-WPS-032). Disponível em: <<http://www.gprg.org/pubs/workingpapers/pdfs/gprg-wps-032.pdf>>. Último acesso em: 21 nov. 2008.

- _____. 2005b. Sen's Capability Approach and the Many Spaces of Human Well-Being. *The Journal of Development Studies*, v. 41, n. 8, p. 1339-1368, Nov. Disponível em: <http://pdfserve.informaworld.com/564918__727553410.pdf>. Último acesso em: 04 May 2007.
- COHEN, G.A. 1997. On Welfare, Goods and Capabilities. In: NUSSBAUM, M.C.; SEN, A.K. (Org.). *The Quality of Life*. New York: Oxford University Press.
- DELGADO, A.P.T. 2001. *O direito ao desenvolvimento na perspectiva da globalização: paradoxos e desafios*. Rio de Janeiro: Renovar.
- DONNELLY, J. 2003. *Universal Human Rights in Theory and Practice*. 2. ed. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- DWORKIN, R. 2005. *A Virtude Soberana*. São Paulo: Martins Fontes.
- GASPER, D. 2007. *Human Rights, Human Development, Human Security: Relationships Between Four International 'Human' Discourses*. Institute of Social Studies–The Hague July – (Working Paper, n. 445). Disponível em: <http://www.garnet-eu.org/fileadmin/documents/working_papers/2007.pdf> Último acesso em: 13 Jul.. 2011.
- GUSMÃO, L.A.S.C. de. 2001. Constant e Berlin: a liberdade negativa como a liberdade dos modernos. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- HURREL, A. 1999. Power, principles and prudence: protecting human rights in a deeply divided world. In: DUNNE, T.; WHEELER, N.J. (Ed.). *Human Rights and Global Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 277-302
- IGNATIEFF, M. 2003. *Los derechos humanos como política e idolatria*. Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibérica.
- MEHROTRA, S. 2002. The Capabilities and Human Rights of Women: Towards an Alternative Framework for Development. In: CONFERENCE ON PROMOTING WOMEN'S CAPABILITIES: Examining Nussbaum's Capabilities Approach, 2002, Cambridge. The Von Hügel Institute, St. Edmund's College, University of Cambridge, 9-12 Sept. 2002. Disponível em: <<http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/nussbaum/papers/mehrotra.pdf>>. Último acesso em: 25 July 2008.
- NUSSBAUM, M.C. 1992. Nature, Function and Capability: Aristotle on Political Distribution. In: MCCARTHY, G. et al. (Org.). *Marx and Aristotle: Nineteenth-century German Social Theory and Classical Antiquity*. Totowa, N.J.: Rowman & Littlefields.
- _____. 1995. Human capabilities, Female Human Beings. In: NUSSBAUM, M.C.; GLOVER, J. *Women, Culture and Development: a Study of Human Capabilities*. New York: Oxford University Press, World Institute for Development Economics Research. p. 61-104.
- _____. 1997. Non-Relative Virtues: An Aristotelian Approach. In: NUSSBAUM, M.C.; SEN, A. (Org.). *The Quality of Life*. New York: Oxford University Press. p. 242-269.

- _____. 2001. **Women and Human Development** – The Capabilities Approach. Cambridge: University Press.
- _____. 2003. Capabilities as Fundamental Entitlements: Sen and Social Justice. **Feminist Economics**, v. 9, n. 2-3, p. 33-59, Jan. Disponível em: <<http://www.ier.hitu.ac.jp/pie/Japanese/discussionpaper/dp2001/dp56/text.pdf>>. Último acesso em: 28 May 2007.
- _____. 2006. **Frontiers of Justice** – Disability, Nationality e Species Membership. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. 2007. The Supreme Court Term 2006 – Foreword: Constitutions and Capabilities: “Perception” against Lofty Formalism. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 121, n. 1, p. 4-97, Nov. Disponível em: <http://www.harvardlawreview.org/issues/121/november07/Foreword_5507.php>. Último acesso em: Mar. 2011.
- PAREKH, B. 1999. Non-ethnocentric universalism. In: DUNNE, T.; WHEELER, N.J. (Ed.). **Human Rights and Global Politics**. Cambridge: Cambridge University Press. p. 128-159.
- PERRONE-MOISÉS; C. 1999. Direitos humanos e desenvolvimento: a contribuição das Nações Unidas. In: AMARAL JÚNIOR, A. De; PERRONE-MOISÉS; C. (Org.). **O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. p. 179-196.
- RAWLS, J. 2000. **Justiça e Democracia**. Trad. Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes.
- ROBEYNS, I. 2009. Capabilities and Theories of Justice. In: MARTINETTI, E.C. (Ed.). **Debating Global Society: Reach and Limits of the Capability Approach**. Milan: Feltrinelli. p. 61-89. Disponível em: <<http://www.ingridrobeyns.nl/publications.html>>. Último acesso em: Mar. 2011.
- ROUSSEAU, J.J. 2008. **Social Contract**. Versão eletrônica editada pela Universidade de Adelaide, Austrália. Disponível em: <http://ebooks.adelaide.edu.au/r/rousseau/jean_jacques/r864s/book1.html>. Último acesso em: 13 Jul. 2011.
- SARLET, I.W. 2007. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**, n. 9, p. 361-388, jan./jun.
- SEN, A.K. 1997. Capability and Well Being. In: NUSSBAUM, M.C.; SEN, A. (Org.). **The Quality of Life**. New York: Oxford University Press.
- _____. 1999. **Sobre Ética e Economia**. Trad. Laura Teixeira Motta. Rev. téc. Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2000. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2007. **The Possibility of Social Choice**. Cambridge, Trinity College, CB21TQ, Great Britain. Disponível em: <<http://nobelprize.org/nobelprizes/economics/laureates/1998/sen-lectures.pdf>>. Último acesso em: 22 Oct. 2007.
- _____. 2008. **Desigualdade Reexaminada**. Trad. e. apres. Ricardo Doninelli Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Record.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).
2000. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Brasília: PNUD, 2000. Disponível em
<<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 08.01.2009.

_____. 2006. **Human Development Report, 2006**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/media/HDR06-complete.pdf>>. Último acesso em: Mar. 2011.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNPD). 1990. **Human Development Report 1990**. N.Y./Oxford, Oxford University Press. Disponível em:
<http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1990_en_front.pdf>. Último acesso em: 12 Jan. 2009.

NOTAS

1. A autora agradece ao Professor Doutor Cícero Romão Resende de Araújo por toda confiança depositada e a Lais de Figueiredo Lopes, pelos conhecimentos compartilhados, pela crítica apurada e pelo constante estímulo.

2. A expressão *capabilities* ou capacidades indica potencialidades ou liberdades substantivas de que dispõem os indivíduos para que possam exercitar as mais diversas formas de ser e de fazer, colocando em prática o que mais valorizam em sua vida. A exemplo disso, uma pessoa extremamente religiosa pode, por opção, não ficar bem nutrida na medida em que valoriza jejuar; outra pode, por quaisquer razões, levar uma vida celibatária ao invés de outra dotada de expressão sexual; uma terceira, mesmo dispondo de excelentes condições financeiras, pode preferir trabalhar de forma exacerbada, a gozar de lazer e recreação (NUSSBAUM, 2001, p. 87).

3. Capacidades e funcionalidades são conceitos que, no âmbito dessa abordagem, caminham lado a lado e se vinculam por meio de uma relação de causalidade—as capacidades correspondem a um potencial para exercício – a uma liberdade, no sentido substantivo, ou a um poder agir–necessário a que cada indivíduo atinja as mais diversas formas de ser e de fazer – as funcionalidades são os estágios físicos, psicológicos, cujo alcance depende da presença de capacidades mínimas.

4. Para Rousseau (2008), “[...] [em quanto numerosos homens reunidos se considerem como corpo único, sua vontade também é única e se relaciona com a comum conservação e o bem-estar geral. Todas as molas do Estado são então vigorosas e simples, suas sentenças são claras e luminosas; não há interesses embaraçados, contraditórios;

o bem comum mostra-se por toda parte com evidência e apenas demanda bom senso para ser percebido. A paz, a união, a igualdade são inimigas das sutilezas políticas [...]”.

5. Segundo Nussbaum, a abordagem de Rawls se distancia do contratualismo clássico primeiramente por se tratar de uma teoria procedimental pura de justiça, onde a adoção do correto procedimento assegura o correto resultado, rechaçando o argumento de que os seres humanos possuem direitos naturais; e por envolver elementos morais no processo de definição do contrato, ao reconhecer que todos os seres humanos seriam iguais, dotados de valor e capacidades.

6. Para Nussbaum a independência significa para Rawls a assunção de que as partes, na Posição Original, não têm interesse pelos interesses dos outros, não porque sejam necessariamente egoístas, mas porque estão preocupados em avançar nas suas próprias concepções de bem e não naquela dos outros (NUSSBAUM, 2006, p. 33).

7. Um aspecto interessante que Nussbaum ressalta, mas que não teremos oportunidade de tratar neste trabalho, diz respeito à importância que se deve dar às pessoas que prestam cuidados a pessoas dependentes, na medida em que uma sociedade justa deveria também se preocupar com o reconhecimento devido a essas pessoas. Para mais detalhes ver Nussbaum (2006, p. 100).

8. Segundo Martha Nussbaum, é fato que as medidas que devem ser adotadas para trazer justiça às pessoas com deficiência são custosas e, por isso mesmo, não seriam justificáveis como mutuamente vantajosas de um ponto de vista estritamente econômico.

ABSTRACT

The present article seeks to examine the relationship between equality, human diversity, disability and political participation using the framework of Martha Nussbaum's capabilities approach.

KEYWORDS

Equality – Human diversity – Persons with disabilities – Capabilities – Social contract

RESUMEN

Este ensayo pretende examinar la interrelación entre la igualdad, la diversidad humana, la discapacidad y participación política, a partir de la crítica que el abordaje de las capacidades, visto desde el punto de vista de Martha Nussbaum, plantea sobre el tema.

PALABRAS CLAVE

Igualdad – Diversidad humana – Personas con discapacidad – Capacidades – Contrato social